

NO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Luiz Cabral no encerramento da ANP:

O Governo sai mais forte desta Assembleia



16 anos de luta pela unidade africana

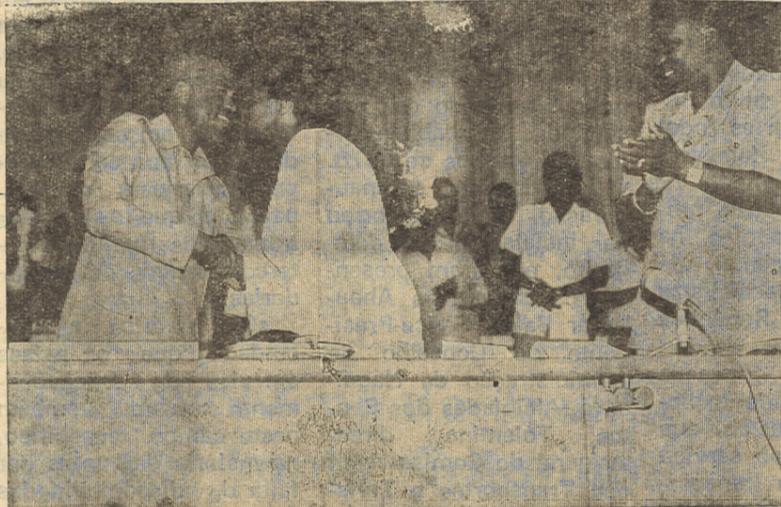
A Organização da Unidade Africana (O.U.A.) comemorou, ontem, o seu 16.º aniversário no momento em que os povos da África sentem cada vez mais a necessidade de lutar contra o imperialismo o racismo, e o neocolonialismo e pela sua unidade.

A OUA foi fundada no dia 25 de Maio de 1963, em Adis-Abeba, capital da Etiópia. Com o tempo veio a transformar-se em importante instrumento político, de apoio à luta de libertação nacional dos povos oprimidos da África.

Em Bissau, o acontecimento foi integrado no quadro das comemorações do dia do Liceu Nacional Kwame N'Krumah, com uma palestra proferida pelo camarada Mário de Andrade, Comissário de Estado da Informação e Cultura sobre o tema Kwame N'Krumah e a ideologia da independência africana, como se destaca noutra notícia.

Assinalando a efeméride, foram enviados telegramas ao camarada Presidente Luiz Cabral contendo felicitações do Leonid Bresjnev, Secretário-Geral do PCUS, e Presidente da República Democrática Alemã, Erich Honeker e do Presidente do Conselho de Estado da República Socialista de Cuba, Fidel Castro.

Após salientar a importância deste dia para libertação dos povos oprimidos, as mensagens frisam o desejo de consolidação e desenvolvimento das relações recíprocas e com todos os Estados membros da OUA, no espírito de amizade sincera e confiança mútua.



Aplaudido pelo camarada Comissário Principal, Nino Vieira, o Presidente do Conselho de Estado felicita a camarada Carmen Pereira pela maneira exemplar como dirigiu os trabalhos da ANP



Uma resolução geral e as bases da legislação que o Conselho dos Comissários vai agora regulamentar, foram os últimos documentos aprovados pelos deputados da Assembleia Nacional Popular

«O nosso Governo sai mais forte desta Assembleia. Cada membro do Governo sai daqui mais forte e melhor armado para a conquista de novas vitórias na obra de Reconstrução Nacional», afirmou o camarada Presidente Luiz Cabral, no acto do encerramento da II Secção da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular, ao princípio da tarde de ontem. Na última sessão de trabalho, que se prolongou para além do meio dia, a ANP aprovou os projectos de leis e as propostas de base de leis apresentadas pelas comissões de trabalho e uma resolução geral. Na sua intervenção a vice-presidente em exercício, camarada Carmen Pereira, referiu-se ao espírito de responsabilidade e de coragem com que todos os deputados se debruçaram sobre os problemas do país, «o que para nós representa uma grande força». Um pioneiro ofereceu à Carmen Pereira um ramo de flores e o lenço da organização.

O Presidente Luiz Cabral, ao dirigir-se aos deputados em nome do Partido, começou por felicitá-los pelo nível demonstrado nos debates e, em particular à camarada Carmen Pereira, pela sua recondução ao cargo de vice-presidente em exercício e pela disciplina que

conseguiu impôr aos trabalhos. Referindo-se às leis aprovadas, salientou que isso demonstra a coragem dos deputados e a determinação em seguir as directrizes do nosso Governo «profundamente dominado pelo desejo de servir o nosso povo, tanto na Guiné como em

Cabo Verde.»

Foi neste contexto que Luiz Cabral situou as leis contra os ladrões («elementos nocivos à nova sociedade que pretendemos criar») e que, segundo ele, visam defender a segurança de cada cidadão e a tranquilidade para o nosso povo trabalhador.

Sobre o fanado, afirmou que é preciso excluir da nossa sociedade todos os factores que Cabral considerava contrários ao progresso e que temos que ser capazes de adoptar leis mais justas à medida que a sociedade evolui.

Um outro ponto que mereceu especial atenção de Luiz Cabral foi o espírito de participação dos deputados na análise dos problemas à escala nacional. Considerou fundamental desenvolver esse espírito com vista à defesa do interesse comum. Ao saudar a delegação da República, irmã, informou que cabe ao Conselho da Unidade trabalhar para uma maior

aproximação dos dois órgãos máximos da soberania com vista à Unidade objectivo máximo do Partido.

De acordo com Carmen Pereira, todos os deputados saíram dessa sessão satisfeitos pelo trabalho e armados com importantes documentos que devem explicar ao povo: são exemplos os discursos dos camaradas Presidente do Conselho de Estado e do Comissário Principal, na sessão de abertura.

A terminar a sua intervenção, Carmen Pereira exortou aos deputados regressarem com maior

(Continua na pág. 8)

Aristides Pereira e Luiz Cabral na Cimeira da CEDEAO

Guiné-Bissau e Cabo Verde estarão representados na terceira cimeira da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) que começa na segunda-feira em Dakar, por importantes delegações chefiadas pelos presidentes Luiz Cabral e Aristides Pereira.

A cimeira decorrerá de 28 a 29 de Maio e será presidida pelo chefe de Estado senegalês Leopold Sedar Senghor, que substitui, assim, o presidente Obasanjo da Nigéria, em cujo país teve lugar (de 21

a 22 de Abril de 1978) a segunda conferência.

A consolidação das taxas aduaneiras, o protocolo sobre a libertação de circulação de pessoas e a situação das telecomunicações, serão os principais pontos da agenda de trabalho.

Fundada em 28 de Maio de 1975 em Lagos (Nigéria), a CEDEAO propõe-se acabar com as barreiras económicas entre os Estados da África Ocidental, transformar a pro-

(Continua na página 8)

Benfica e Balantas disputam o título

(ver pág-6)



Niná e Jaime Graça são as duas atracções do jogo Benfica-Balantas que pode decidir o título e se realiza logo à tarde no estádio Lino Correia em Bissau

Táxis da "siló Diata"

Transportes privados internacionais??!

Mas uma vez, camarada Director, venho solicitar a publicação de mais esta minha carta, na coluna «Dos leitores» do nosso prezado trisemanário, «Nô Pintcha».

O problema que vai por mim ser abordado, é, mais uma vez, o problema dos táxis da Empresa «Siló Diata».

Antes de mais, gostaria de saber se os táxis que a «Siló Diata» pôs em circulação são para tentar satisfazer as necessidades das pessoas na cidade, ou se são transportes privados de certos «djilas» que os fretam para o Senegal e Gâmbia? Se a resposta for a primeira, gostaria que a Empresa Nacional de Transportes Terrestres tomasse as medidas necessárias para remediar esta situação, que tende a agravar-se cada vez mais, em detrimento dos habitantes da capital, que se vêm assim privados de táxis para as suas necessidades. Sei por exemplo da história de um abastado «djila» que alugou um dos táxis da «Siló Diata» que o levou a é à Gâmbia, permanecendo aí durante três dias, passeando pelas ruas de Banjul, ora com o «djila», ora só o condutor, apreciando as belezas «AMPAGAY» da capital gambiana. De salientar, por outro lado, que a esadia do referido condutor era aí paga pelo senhor que freou o táxi. Esta cena foi por mim presenciada na Gâmbia, e pensei que se outras cenas idênticas se esivessem a passar por exemplo, no Senegal, aliás como é frequente, quando os táxis restariam em Bissau para as pessoas?! isto sem contar, é claro, com os frequentes desastres dos táxis, que às vezes são devido à negligência dos próprios condutores.

Por isso, camarada Director, tomei esta iniciativa de escrever mais esta carta, a fim de sensibilizar a direcção da «Siló Diata» para esse problema, que de uma maneira ou outra nos afecta a todos, cidadãos desta terra, em particular os de Bissau, que como uma capital que é, e com muitos habitantes, que por sua vez têm os seus problemas e precisa muito dos táxis da «Siló Diata».

MOHAMED LAMINE

Cooperação com Portugal no sector dos transportes

Regressou na quarta-feira passada ao país o camarada Manuel Santos (Manecas) Comissário dos Transportes e Turismo, que se tinha deslocado a Portugal a convite do Ministro português dos Transportes e Comunicações.

O camarada Manecas declarou-nos que foram denominados alguns aspectos da cooperação já existente, e que há vários acordos assinados com Portugal no domínio dos transportes, «foi principalmente com base nesses acordos que encontramos grande compreensão da parte portuguesa, procurámos dinamizar a aplicação desses acordos» — concluiu.

Foram acordadas acções concretas no domínio dos transportes rodoviários, nomeadamente o lançamento de acções de formação, proporcionando estágios na Rodoviária Nacional, de Portugal, a especialistas rodoviários da República da Guiné-Bissau, de forma a melhorar os seus conhecimentos de exploração e de gestão, que serão postos ao serviço da empresa de transportes públicos da República da Guiné-Bissau.

No sector dos Portos e Marinha Mercante, foi discutido o apoio técnico a prestar, por Portugal, no campo de estudos e pareceres a realizar na República da Guiné-Bissau. Envio imediato de uma equipa de estudo, no âmbito dos acordos já existentes, visando o pro-

jecto de reestruturação do porto de Bissau.

Foram também abordados os trabalhos de dragagem a realizar oportunamente.

A muito breve prazo, celebrar-se-á um acordo entre Portugal e a Repú-

blica da Guiné-Bissau sobre fretes da Marinha Mercante.

Foi decidido o envio de quadros técnicos portugueses do sector de aviação designadamente para dirigir o projecto PNUD-ICAO, e o envio de pro-

fessores para leccionarem matérias de natureza técnica no Centro de Formação com vista a uma aplicação prática imediata e colaboração na reestruturação da LIA e recrutamento de técnicos para enquadrarem os serviços de manutenção.

Inaugurada a delegação da Naguicave em Bissau

Foi inaugurada na segunda-feira passada a delegação da Naguicave (Companhia de Navegação da Guiné-Bissau e Cabo Verde) em Bissau. A decisão da sua criação foi tomada pelo Conselho de Administração da empresa, aquando da sua segunda Assembleia Ordinária, em fins de 1978.

A cerimónia de inauguração, que decorreu nas instalações da delegação, estiveram presentes os camaradas Aboubacar Baldé, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Naguicave, Alcibiades dos Santos Tolentino, director-geral do Comissariado dos Transportes e Turismo, Anselmo Mariano, Conselheiro técnico do Comissariado do Estado do Comércio, Indústria e Artesanato, além de vários representantes de empresas importadoras e exportadoras no nosso país.

Na sua intervenção, o camarada Aboubacar Baldé começou por saudar os presentes ao acto, fa-

zendo depois uma breve explicação do que é e como funciona esta Sociedade Mista da Guiné e Cabo Verde.

A Naguicave surgiu em 1977, e a sua sede é em S. Vicente, Cabo Verde. O objectivo que presidiu à sua criação foi o de satisfazer e, em certa medida, obter uma certa independência, para os dois países no que respeita aos transportes marítimos intercontinentais de mercadorias.

«São notórias as dificuldades que os países em vias de desenvolvimento sentem, também neste campo específico, na maioria das vezes por falta de disponibilidades de cambiais e pelas quantidades ou volumes de mercadorias a importar ou exportar serem reduzidas» — disse o camarada Aboubacar Baldé, afirmando que «a Naguicave pretende suprir essas dificuldades, e não se tem poupado esforços nesse sentido».

Assim, ela dispõe já de duas unidades de trans-

porte, o «Santo Antão» e o «Ilha do Komo» de três mil toneladas cada, navegando com tripulação inteiramente caboverdeana e guineense, e tem em vista, ainda para este ano, a aquisição de uma terceira unidade de seis mil toneladas.

Em Janeiro deste ano foi inaugurada uma carreira mensal Lisboa-Las Palmas-Cabo Verde-Bissau e vice-versa, atendendo ao grande fluxo comercial existente entre Portugal e os nossos dois países. Por outro lado, fazem-se carreiras para diversos portos da Europa e Norte de África. A empresa dispõe de agências na Praia, Las Palmas, Portugal, Holanda e Espanha.

A terminar, o camarada Aboubacar Baldé salientou: «Os resultados já verificados este ano permitem-nos ser optimistas quanto ao futuro da cooperação entre as empresas importadoras e exportadoras aqui existentes e a Naguicave».

Responde o povo

Conhecer o país em corpo inteiro

O tema escolhido, hoje, pelo «Responde o Povo» é a importância que tem o conhecimento do nosso país. Conhecê-lo não só pelo prazer de passear, mas com o intuito de o estudar e saber os problemas do povo. Porque na fase que atravessamos, e para que a reconstrução nacional seja um sucesso, é preciso termos uma visão global das realidades da nossa terra.

CONHECER A VIDA DO POVO PARA O SEU PROGRESSO

Saido Fofana, encarregado de loja, 25 anos — No meu entender, acho que ter um conhecimento dos problemas, ou melhor, da vida do nosso povo é de extrema importância para qualquer um de nós que deseje efectivamente o progresso. Neste caso, tive uma experiência que me demonstrou que, para que isso aconteça, é preciso que estejamos em contacto com

o povo e não nos sentarmos à sombra da boa vida.

Numa deslocação que fiz a Tombali, em missão de trabalho, tomei conhecimento das carências que lá se fazem sentir, e isso sensibilizou-me bastante. Naquelas paragens, vi a maneira como estão a trabalhar no domínio agrícola. Até os professores se integraram nesse grande trabalho.

Acho que quando fazemos uma deslocação ao interior, devemos fazer sempre recolha de dados

sobre essa região, e, ao mesmo tempo, falar tanto com os jovens como com os velhos. Sendo os velhos os que têm conhecimentos de épocas passadas, podemos daí extrair muitas coisas interessantes. Na minha visita, desloquei-me a certas regiões, com interesse histórico. Foram as zonas de onde a tropa colonial foi expulsa. Em Guiledje, vi destroços de aviões, e reconheci neles as dificuldades que os nossos tinham.

Portanto, para estas recolhas, acho que os jovens devem aproveitar as suas férias e fazer deslocações de estudo a certas regiões do país.

CONHECER LOCAIS HISTÓRICOS

Braima Camará, estudante, 16 anos — Não conheço as regiões do país, a não ser Bissau. Isto porque não tenho dinheiro para as deslocações. Mas gostava de ir a Bubaque, minha terra natal, de onde saí há três anos, para continuar os meus estudos cá em Bissau.

Apesar do prazer que tenho de ir passar as férias em Bubaque, gostava imenso de conhecer locais históricos da nossa luta de libertação nacional.

ESTUDANTES AO SERVIÇO DO POVO

Filipe António Monteiro, estudante, 21 anos —

Desvendar os mistérios e a história do nosso povo é um trabalho que se destina principalmente aos jovens, e a tarefa que toca mais directamente aos estudantes. Acho que todos os conhecimentos que possuímos, mesmo que sejam fracos, devem ser postos ao serviço do nosso povo.

Deslocarmo-nos nos períodos de férias ao interior, às tabancas, e recolher aí dados sobre a cultura e a história do nosso povo, ao longo das gerações, é importante para avançarmos e aprofundarmos o nosso conhecimento de um povo que somos.

ADQUIRIR EXPERIÊNCIAS

Fernando Cá, trabalhador da função pública, 30 anos — Acho que é importante termos conhecimentos sobre as realidades do país. Com isto, estaremos mais perto do povo, do interior, e saberemos os problemas que os apoquentam.

Mas, para isso, é preciso que nos sacrifiquemos, porque só com sacrifícios é que poderemos lá chegar. Mas também acho que vocês, do jornal, podiam publicar artigos sobre a cultura do nosso povo. Já publicaram um suplemento sobre a cultura, e espero que isso tenha continuidade e seja um caminho para adquirir as experiências do nosso povo.

Semana nacional da juventude

Uma decisão recente do Comité Permanente do CNCV (Conselho Nacional de Cabo Verde, do PAIGC), acaba de instituir no país, a Semana Nacional da Juventude, que passará a ser celebrada anualmente de 6 a 12 de Setembro. Segundo informações obtidas de fonte segura, a proposta teria sido avançada pela Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), ramo de Cabo Verde, tendo em consideração inúmeros problemas respeitantes à nossa juventude.

Com efeito, ficará a JAAC — organismo de vanguarda juvenil — encarregada de promover a Semana Nacional da Juventude a qual, pelas suas características próprias, contará obviamente com a participação interessada da nossa camada juvenil, e com a colaboração e apoio das estruturas do Partido, os departamentos estatais e as organizações

de massas, para que se possam alcançar os objectivos pretendidos.

Uma comissão nacional presidida pelo camarada José Eduardo Barbosa, Secretário Nacional adjunto da JAAC, deu já início aos trabalhos de preparação das comemorações deste ano, devendo também ser criadas comissões regionais e comissões sectoriais, consoante as situações.

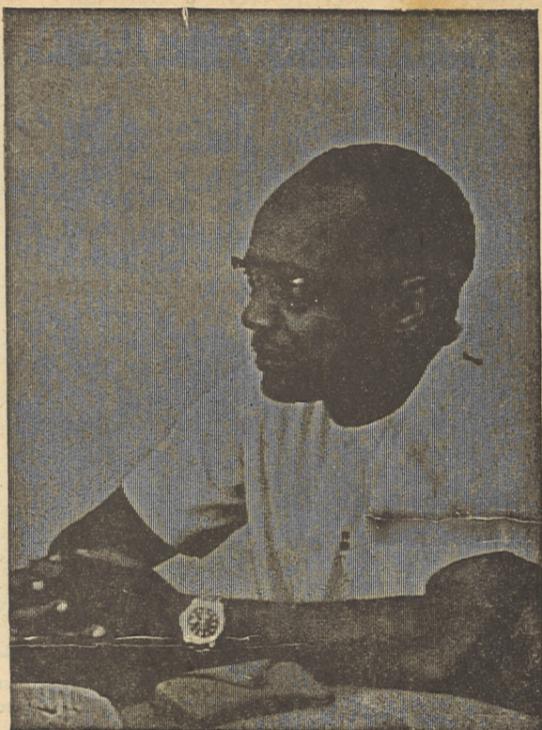
«Essencialmente, nós pretendemos com a Semana Nacional da Juventude, atrair a atenção do Partido e do Governo para os problemas dos nossos jovens — diria o Secretário Nacional da JAAC, camarada Luís Fonseca, no decorrer de uma curta conversa com o «VOZ do POVO», prosseguindo: «Com efeito, no desenrolar dessa semana, pensamos levar a cabo um seminário onde serão debatidos diversos

problemas entre os quais alguns de ordem política. Mas, como é do conhecimento geral, os jovens também precisam de se expandir, e por essa razão, pretendemos também que esta semana da juventude seja transformada numa «simbiose cultural» de modo a permitir maior abertura entre os jovens. Assim, paralelamente às actividades políticas, far-se-ão também inúmeras realizações culturais, como concursos de artes plásticas, poesia, pintura, etc.»

Um outro aspecto importante que irá nortear o espírito da Semana Nacional da Juventude é o intercâmbio — dir-nos-ia o camarada Luís Fonseca — entre jovens das mais diversas ilhas que constituem o nosso país e que deverão concentrar-se num ponto do território nacional para discussão e troca abreta de experiências e, ao mes-

mo tempo, conhecerem mutuamente as realidades de cada região».

Amplas perspectivas abrem para as celebrações deste ano. O grosso das realizações concentrar-se-á na Praia, embora nas restantes partes do território nacional seja também assinalada, em simultâneo, a «semana dos jovens». Naturalmente, a República da Guiné-Bissau estará presente nessa Semana Nacional da Juventude de Cabo Verde e bem assim nas comemorações que marcarão o 12 de Setembro (aniversário da criação da JAAC, no Boé, em 1974), não obstante uma proposta já avançada no sentido da instituição de uma semana idêntica pelo ramo da JAAC da Guiné-Bissau. Do mesmo modo, prevê-se também a participação, através das suas delegações, dos restantes países que constituíam a antiga CONCP.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

O nosso povo e o nosso Partido merecem cada dia mais a admiração e o apoio dos povos africanos e de todos os povos do mundo. Se dentro da nossa terra a nossa força é maior do que nunca, no exterior o nosso prestígio é cada dia maior. Todas as forças anti-colonialistas, da África como do mundo em geral, estão decididas a reforçar a ajuda ao nosso Partido, até à liquidação total do colonialismo português na nossa terra.

Os criminosos colonialistas portugueses estão cada dia mais desesperados e isolados no mundo. Sofrem derrotas em Angola e Moçambique. São condenados na U.N.U. e em todas as organizações internacionais. Não conseguiram esconder a derrota vergonhosa em que se raduziu a premissa visla do Almirante Américo Tomaz à nossa terra. Mudam de governador e de Estado maior como quem muda de camisa. São torçados cada dia a alterar os seus planos criminosos, por causa da nossa acção vitoriosa. Os raídores africanos que ainda os servem, começam a compreender que não terão futuro ao lado dos colonialistas, e buscam a melhor maneira de os abandonar. Os colonialistas já não conseguem enganar o nosso povo nem o próprio povo português, que cada dia sente mais a miséria, o sofrimento e o luto em que é obrigado a viver, pela política criminosa do seu Governo.

Temos, portanto, todas as razões para estarmos optimistas nesta comemoração do 3 de Agosto, festa nacional do nosso povo. Por isso mesmo, devemos estar cada dia mais conscientes das nossas responsabilidades e do facto que, diante da atitude criminosa dos colonialistas portugueses, devemos estar preparados para vencer todas as dificuldades. Devemos reforçar a nossa acção sobre todos os planos, no trabalho político, na produção, nas escolas e nos hospitais, assim como na nossa gloriosa luta armada. Devemos melhorar cada dia as nossas cabeças, ser cada vez mais conscientes, mais trabalhadores, mais activos; desenvolver a nossa iniciativa, corrigir os nossos erros e cumprir com entusiasmo as palavras de ordem do nosso Partido.

Como de costume, hoje, três de Agosto, devemos fazer reuniões dos militantes, combatentes e responsáveis em todos os locais onde o nosso Partido está presente. Devemos, nessas reuniões, mostrar claramente a situação da nossa luta vitoriosa, mostrar o estado de desespero em que estão os criminosos colonialistas portugueses, levantar bem alto o nome e a bandeira do nosso grande Partido, guia e luz do nosso povo na sua luta heróica pela independência, pela paz e pelo progresso na Guiné e em Cabo Verde.

Avan e, pois, compatriotas e camaradas, na nossa luta de libertação nacional.

Projecto de desenvolvimento beneficia 10 mil pessoas em Santa Catarina

Cerca de 10 mil pessoas do Concelho de Santa Catarina serão beneficiadas pelos efeitos do Projecto Integrado do Desenvolvimento. Os trabalhos devem ter início dentro de dois meses, mobilizando um financiamento de 8,2 milhões de dólares, resultado da cooperação com o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e do FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura).

O projecto beneficiará uma zona de quase 3,500 hectares de terreno de regadio e de sequeiro, e terá a duração de cinco anos.

O projecto de desenvolvimento integrado da Assomada, que abrange duas bacias hidrográficas, a de Boa Entrada e a de Engenheiros, insere-se no quadro das preocupações constantes e prioritárias do Governo em relação ao desenvolvimento agrícola. O projecto, que deverá ser iniciado ainda este ano, visa o aproveitamento de 3.435 hectares de terrenos, dos quais 150 de regadio e 2.130 de sequeiro.

A semelhança doutros já em curso, o projecto agrícola de desenvolvimento rural integrado da Assomada é financiado pela cooperação internacional.

Na parte destinada ao regadio, pretende-se me-

lhorar as condições de captação da água existente, através da construção de poços, abertura de furos e diques de captação e construção de terraços nas encostas.

Na área dedicada a cultivos de sequeiro, a preocupação será de diminuir os efeitos da erosão, com a implantação de técnicas mecânicas e biológicas de conservação de solos.

O projecto visa também o melhoramento de vias de acesso e a construção de armazéns para produtos agrícolas.

A construção de pontos de abastecimento de água às populações, cuja

necessidade se vem fazendo sentir, é outro ponto a favor das populações do Concelho.

O projecto disporá de uma unidade experimental, que terá por finalidade ensaiar novas técnicas de agricultura.

Um outro aspecto importante do projecto será a colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, para definir aspectos prioritários do ensino agrícola dos alunos do Centro de formação de professores, em fase adiantada de construção. O custo total do projecto é de 8,2 milhões de dólares, e será concluído

em cinco anos.

O projecto é financiado conjuntamente pelo BAD e pelo FIDA, e será gerido por uma unidade independente com sede na Assomada e sob tutela do MDR.

Foi já apresentada aos organismos de financiamento uma proposta para contratar o chefe do projecto, que deverá ser um engenheiro agrónomo português.

O projecto da Assomada irá beneficiar, pelos seus efeitos, uma população rural de quase 10 mil pessoas, estando a viver na área do projecto cerca de 12 mil.

Auxílio alimentar da Grã-Bretanha

Um acordo no domínio alimentar, avaliado em cinco mil toneladas de cereais, foi assinado no passado dia 2 deste mês, na Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento, entre Cabo Verde e o Reino Unido.

O acordo foi assinado por José Brito, Secretário de Estado de Cooperação e Planeamento, pela parte caboverdeana, e pelo Embaixador britânico acreditado em Cabo Verde, Powel Jones.

Após a assinatura do acordo, o camarada José Brito frisou a importância de que se reveste o acordo assinado, no momento em que Cabo Verde atravessa

uma etapa difícil da reconstrução nacional.

Mais adiante, o responsável pelo Departamento da Cooperação e Planeamento enalteceu o papel que o diplomata Powel Jones desempenhou em Cabo Verde para o desenvolvimento dos laços de amizade e de cooperação entre os dois países.

Seguidamente, o diplomata britânico, ao usar da palavra, referiu-se ao acordo assinado, afirmando a certa altura, a preocupação do seu governo em ajudar Cabo Verde na solução dos problemas emanados da seca.

O Embaixador frisou ainda que o acordo se in-

tegra no quadro das boas relações de amizade e cooperação entre os dois países, acrescentando que esta ajuda, a terceira a ser concedida, reforça o espírito de amizade e de cooperação existentes.

Entretanto, o Embaixador Powel Jones apresentou ao Presidente da República e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde cumprimentos de despedida por ter terminado as suas funções como Embaixador em Cabo Verde. Antes da sua partida, o Sr. Powel Jones encontrou contactos com o Ministro dos Transportes e Comunicações, camarada Herculano Vieira.



A Mesa da Presidência, já reforçada com o camarada José Pereira, eleito para segundo secretário, saúda os deputados no encerramento da 2.ª sessão da 2.ª legislatura da Assembleia Nacional Popular

Discussão livre e participada

Mais do que uma simples reunião de deputados para o balanço anual das actividades do Estado, a Assembleia Nacional Popular que ontem terminou marcou o fim de um ciclo de cinco anos de independência da Guiné-Bissau. As principais intervenções, nomeadamente do Presidente do Conselho de Estado Luiz Cabral e do Comissário Principal, Ninó Vieira, assim como as discussões levantadas à volta do Orçamento do Estado, tiveram como tónica dominante a reflexão sobre a evolução do trabalho, por acumulação de experiências, daqueles que estão à frente do aparelho do Estado e a afirmação da necessidade de corrigir os erros e ultrapassar os entraves que se opõem à planificação do nosso desenvolvimento económico.

A distribuição de verbas do Orçamento de Investimento, está de acordo com as necessidades de o Governo procurar diminuir, a pouco e pouco, o empolamento do sector terciário, em benefício da expansão dos sectores produtivos, alicerces da economia nacional, como a agricultura, pecuária e pescas.

A camarada Carmen Pereira, mulher activa e directa nas suas expressões, que dirigiu de forma exemplar, até ao fim, as sessões de trabalho como Presidente da A.N.P. em exercício (substituindo o Comandante Ninó Vieira agora chefe do Governo), destacou logo no primeiro dia, a importância da experiência ganha nos discursos da ANP. Ela exortava os deputados (ausentes por longo tempo das suas casas, em vésperas do início da lavoura) a participarem e a terem em conta, antes de mais, a contribuição que dão para a Assembleia. «Esta é uma vasta bolanha — dizia ela

— que trabalhamos juntos e na qual anualmente colhemos frutos que nos permitem melhorar a pouco e pouco, as condições de vida do nosso povo».

O Presidente Luiz Cabral viria a congratular-se pela forma evidente como os deputados souberam debater a fundo os Orçamentos de Funcionamento de Investimento (este último pela primeira vez apresentado à ANP).

O carácter de ampla democracia revolucionária também caracterizou o ambiente franco da ANP. Foi significativa a discussão à volta da política de austeridade. Não basta poupar, mas sobretudo é preciso aumentar a produção.

São exemplos dessa democracia, as expressões de crítica aberta como a de um deputado que, depois de ouvir a exposição de um Comissário lhe disse simplesmente: «O camarada está a trabalhar, isso é verdade, mas tem de reconhecer

que o trabalho do seu Comissariado está fraco».

No mesmo tom sério de quem traz a mensagem do povo para os membros do Governo, o deputado de Oio, Wagna Tchuda, advertia o Comércio, quanto ao papel dos Armazéns do Povo no abastecimento das tabancas, muitas vezes encerrados ou por pouco rendimento económico ou por desvios de dinheiro por parte de funcionários e as variações de preços de mesmos artigos de loja em loja: «Armazém do Povo é um nome que nasceu das «malilas» (trepadeiras em matas cerradas) e deve continuar a merecer esse nome posto pelos nossos combatentes».

Várias cenas pitorescas, por vezes imbuídas de um certo humor — pois a Assembleia não é tragédia — pontevavam de quando em vez o aspecto descontraído com que os deputados se dirigiam uns aos outros, em termos tais que um Comissário de Estado viu-se

obrigado a pedir desculpas aos deputados, por um deles achar incorrecto o uso, entre camaradas, do termo «ABÓSS» — vocês.

Em suma, todos estes aspectos, ligados ao carácter público das sessões, da primeira à última, os debates da Assembleia de «boca aberta» — como diz o camarada Duke Djassi, de Cacheu — comprovam o carácter de ampla democracia reservada a esse órgão supremo da Nação. Uma democracia livre e participada.

E se os organismos do Governo «fincarem bem o pé ao chão», com os meios exíguos que temos e souberem aproveitar todo o manancial inesgotável de ensinamentos adquiridos neste encontro, sem dúvida (ousa-se dizer) um vasto material de orientação política, económica e administrativa durante o ano de 1979 e para os anos seguintes.

A Assembleia vista de dentro

«Acho que a Assembleia tem funcionado bem, porque todos os pontos discutidos aqui são do interesse de todos» — foi a opinião unânime de todos os nossos inquiridos na sala onde se decorrem os trabalhos da II.ª Sessão Ordinária da II.ª Legislatura da ANP. Mas vejamos o que nos disseram:

Satú Camará, deputada pela região de Bafatá, 29 anos — Bem, a meu ver, acho que a Assembleia

funciona bem, todos os pontos discutidos, eram mesmo necessários.

A Assembleia prolongou-se, porque os deputados estão conscientes, do avanço da nossa terra, e consequentemente, há necessidade de se discutir a fim de sairmos daqui claros, e lá na nossa região podermos esclarecer o nosso povo.

Quebá Sambú, 26 anos, funcionário do Comissariado do Interior — Se-

gundo aquilo que vi, a Assembleia tem andado bem.

No tocante a ponto de discussão, acho que devia ser submetido à Assembleia uma proposta no sentido de melhorar o nosso estádio.

Nicandro Barreto, 40 anos, membro do CNG e conservador de Registo Civil — Eu acho de facto, que esta Assembleia tem corrido de forma bastante interessante, na me-

didada em que tem posto em relevo a capacidade dos deputados e da sua participação nos debates, o que nas sessões anteriores não se notava.

A questão fundamental que devia ter sido discutida no ano passado e não foi, é das concessões de terras, protecção dos bens do Estado e ainda o tráfico de divisas.

Ivete Lopes Monteiro, 22 anos, professora — Os pontos discutidos

Imposto mínimo

A Assembleia Nacional Popular aprovou, na sua sessão de ontem de manhã, a proposta de aumento do imposto mínimo de Reconstrução Nacional, de 400 para 600 pesos. A decisão, que entra em vigor a partir de 1980, portanto, no próximo ano, originou um vivo debate por parte dos deputados divididos em três grupos: os que eram a favor, explicando que isso representava mais uma ajuda ao Estado para permitir o equilíbrio entre as receitas e as despesas; os que defendiam o aumento apenas para 500 pesos, (posteriormente um aumento gradual nos próximos anos) e, finalmente, os contra, alegando as dificuldades que a população ainda enfrenta e o custo de vida que está a subir dia a dia.

As opiniões foram oscilando até se formar uma maioria clara a favor do aumento para 600 pesos. Só houve um voto contra na altura da decisão.

Um outro ponto também amplamente discutido foi a proposta (apresentada pelo deputado pela Região de Gabú e presidente daquela Região, Lay Seck), do aumento de 50 para 60 por cento do imposto cobrado reverter a favor das Regiões. Após a intervenção do titular da pasta de Finanças, camarada Carlos Correia, a proposta não passou, continuando aquelas a beneficiar dos 50 por cento do total dos impostos cobrados. Aquele deputado, que primeiro falou como porta-voz das regiões de Gabú e Bafatá, para sugerir o aumento para 500 pesos, alertaria a Assembleia para a necessidade de lançar uma campanha de explicação junto das populações sobre o aumento do imposto, devido às dificuldades que os responsáveis encontram na sua cobrança. Ao mesmo tempo, afir-

mou que a região de Gabú, aliás aquela onde a cobrança se faz com maior regularidade — estava disposta a pagar 600 pesos de imposto mínimo.

Várias foram as opiniões apresentadas pelos deputados para justificar o sim ou não ao aumento do imposto. Assim, quanto Malam Sissé (Bafatá) defendia que o aumento tanto da galinagem dos tecidos aumentaram e que o Estado também precisa ter dinheiro. Maurício da Silva (Bafatá) defendia que fosse

O «NÔ PINTCH» deputados à Assembleia a opinião de que o melhor forma e os deputados a maioria das propostas em conta. Publicaram quatro deputados se

FODÉ MAY TURÉ (

«A II.ª sessão desta segunda legislatura terminou a correr muito bem porque logo no seu início a camarada Carme reira, que é a Presidente em exercício da ANP



Fodé May Turé

como que uma char a fim de saber quer os deputados que fa quais as razões da ausência, isto tudo uma forma de inte que todos nós temos que as decisões realmente tomadas representantes do povo».

«Claro que foi a longa em relação às sessões anteriores, mas assim, penso que foi aqui discutido, podia ser em dois dias. Além disso, o trabalho bastante produtivo, na medida em que permitiu-nos aprofundar várias questões relacionadas com os problemas que afectam o País».

Plano de Reconstrução Nacional fixado em 600 pesos

em 500 pesos, porque os preços subiram mas os vencimentos continuam baixos. Baba Gale Tcham (Gabú) pensava que o mesmo devia ser mantido em 400 pesos e citava o caso dos nossos trabalhadores. Sobretudo do Comércio privado, que são mal remunerados.

Fidélis Cabral de Almada (Bolama-Bijagós), chamou a atenção para a distinção entre o imposto mínimo (400 pesos) e máximo (2 mil pesos), este último para pessoas com rendimentos altos e ainda

para o aumento do custo de vida, mais nas cidades que no campo, cuja população tem sido beneficiada com o aumento do preço dos produtos. «Os deputados pedem ambulância para os hospitais, o que exige a compra de combustível e muitas outras coisas. Onde é que o Estado vai buscar esse dinheiro? — perguntou o Comissário da Justiça.

N'Bana Madje (Tombali) recordaria a visita dos deputados ao projecto agro-industrial de Cumeré que implica um grande fi-

nanciamento e pergunta onde é que o Estado foi buscar todo esse dinheiro. «O Governo não vai pôr o dinheiro dos impostos na mala e nem vai levá-lo para a «metrópole», como no tempo dos tugas. Esse dinheiro vai ser utilizado no desenvolvimento das regiões», considerou aquele deputado. Pinto Marques (Sector Autónomo de Bisau), «embora com dor» aprovou o aumento, para «podermos sair do barcafom» em que somos transportados, saindo assim da dependência do exterior. Por seu lado, Belmiro da

Silva (Cacheu) propõe a fixação prévia de uma tabela de preços antes do aumento do imposto, para «não nos matarmos uns aos outros» com a subida de preços que possam surgir por parte dos camponeses.

Ansu Bodjam (Oio) apoiava a ideia de Fodé Mai Touré de que o imposto deve subir pouco e que os deputados é que pagam junto da população pois dizem que eles é que fizeram aumen-

tar o imposto, ficando deste modo entre duas espadas: o Estado, por um lado e a população por outro.

Por seu lado, o Comissário Principal, camarada Nino, falou no programa do Governo que visa defender os camponeses e recordou os projectos de electrificação de Bafatá e Cacine e os pedidos de escolas e hospitais. Falou também na diferença entre o nível de vida na ci-

dade e no campo, sendo estes últimos os mais beneficiados. «Se quisermos de facto construir a nossa terra, considerou o camarada Nino, 600 pesos não é muito para uma pessoa que queira esforçar-se um pouco. Porque, só aumentando a contribuição para o Estado é que podemos exigir deste mais condições para o desenvolvimento das regiões aqui representadas».

Deputados falam ao "Nô Pintcha"

inquirido feito junto dos Nionais Populares, recolheu alguns comentários que se manifestaram a sua maior experiência, e que as apresentadas foram levadas em seguida os pareceres de funcionamento da ANP:

Os problemas da nossa região que levantámos na Assembleia Nacional Popular, foram ouvidos e discutidos na ANP. Isso é uma prova de que o Estado está nas mãos dos deputados e estes, por sua vez, encontram-se nas mãos

PAULINA SOARES
CASSAMÁ (Cacheu)

Esta sessão demorou mais do que as anteriores, mas penso que se for preciso, demoraremos mais ainda, desde que isso nos venha a permitir sair daqui mais lúcidos e mais aptos para cumprir cada vez mais as responsabilidades que nos cabem no contexto da luta difícil da Reconstrução Nacional.

liberdade democrática do nosso Estado, em que os deputados podem expressar livremente e as suas opiniões são escutadas com todo o respeito e tomadas em conta nas decisões.»

«Quanto às possíveis falhas, penso que certas comissões de trabalho criadas não conseguiram apresentar uma conclusão unânime. A ideia da sua criação é bastante boa porque permite uma melhor discussão dos diversos problemas, sobretudo de questões técnicas. Daí que penso que devam ser mantidas e incentivadas.

ULÉ NA BIUTCH (Buba)

«A Assembleia funciona bem porque as próprias discussões demonstram que os deputados estão conscientes das suas funções. Todos põem problemas de uma forma clara e sabem que assuntos devem discutir. Esta sessão demorou um pouco mas achamos isso normal. Quanto a nós, se for necessário, ela deve ser prolongada mesmo para além de um mês, pois o fundamental é discutir os problemas e chegar a uma conclusão. Isso é que é o nosso dever».

«A nossa região apresentou propostas sobre aumento de penas contra roubos e pediu a construção de um hospital e o envio de um médico e parteira para a região. Também apresentámos propostas sobre bolanhas, que também foram tomadas em conta.»

«Agora não posso avançar qualquer proposta para melhor andamento dos trabalhos da Assembleia porque penso que está bem organizada e todos estão de acordo com as suas estruturas.



Duke Djassi



Francisca Pereira



Vasco Salvador Correia

Opiniões favoráveis à antecipação da Assembleia para o mês de Abril

Presidentes de Comités de Estado das Regiões manifestaram-nos a opinião de que a Assembleia Nacional Popular se devia realizar mais cedo, preferentemente no mês de Abril, e sempre antes do início da época das chuvas e dos respectivos trabalhos agrícolas.

A nossa reportagem ouviu os camaradas Duke Djassi, Presidente do Comité de Estado da Região de Cacheu, Francisca Pereira, de Bolama-Bijagós, e Vasco Salvador Correia, de Tombali, apresentando-lhes três questões:

1. Qual a sua opinião sobre o funcionamento desta segunda sessão da II legislatura da ANP?

2. Os problemas da sua Região foram suficientemente debatidos e foram tidos em conta pelos deputados e pelo Governo?

3. Que propõe para melhor funcionamento futuro da Assembleia Nacional Popular.

Duke Djassi:

«UMA ASSEMBLEIA DE BOCA ABERTA»

O camarada Duke Djassi respondeu às nossas perguntas:

«As anteriores sessões da ANP já se caracterizavam pela liberdade de os deputados levantarem aqui todas as questões. Mas este ano ainda se pode dizer melhor que a Assembleia Nacional Popular é uma assembleia de «boca aberta» pois foram dadas possibilidades a todos os deputados para trazerem o seu parecer, darem as suas opiniões e fazerem as suas críticas. Isso dará muito mais força às decisões tomadas porque a participação dos deputados na preparação das decisões deixa-os mais aptos a aplicá-las colaborando com os órgãos da administração central e local».

«Quanto aos problemas da Região de Cacheu, quero dizer que eles foram trazidos à Assembleia e alguns deles muito discutidos como foi o caso da distribuição de terras, das matanças exageradas de gado para os choros, dos roubos de gado e cereais. Mas houve outra coisa muito importante para nós e que foi a discussão e novas orientações quanto a certos aspectos da nossa cultura tradicional, como é o caso do fanado. Com as directivas da Assembleia

eu penso que no futuro poderemos corrigir muitos aspectos ruins dessa prática e encaminhar a tradição do fanado para ajudar os nossos filhos a serem verdadeiros homens novos no nosso jovem País».

«Finalmente, quero dizer que a Assembleia começou bastante tarde e a sessão acabou por se prolongar muito e por travar aqui os deputados durante três semanas o que é prejudicial para as sementeiras e até para a vida administrativa das Regiões. A minha opinião é que a Assembleia se devia reunir antes do mês de Maio. Se assim vier a acontecer no futuro, os camaradas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural até poderiam partir para o novo ano agrícola já com a orientação mais definida quanto aos objectivos do nosso Estado».

Francisca Pereira:

«MAIOR MATURIDADE DOS DEPUTADOS»

A Presidente do Comité de Estado da Região de Bolama-Bijagós (simultaneamente eleita co-

(Continua na página 8)



Ana Maria Cabral, (Bafatá): disciplinar o abate de árvores e as actividades das serrações

do nosso povo que os elegem. Por isso, estamos aqui, para discutir problemas que nos dizem respeito, e que afectam o desenvolvimento sócio-económico do nosso país. Devemos sair daqui com leis justas e claras. Isso tudo não passa do que o povo disse: «um homem só conhece a mulher com quem se casou, ou vice-versa».

Portanto, o nosso Estado é como que um grande pai que tem a seu cargo muitos filhos, que são as populações das regiões que constituem o nosso país.

Pomos problemas claros que dizem respeito à nossa região, tais como o das heranças das terras, mais precisamente no chão manjaco. Fizemos também vários pedidos que foram aceites pelos comissariados respectivos. Agora, resta-nos esperar que estes pedidos sejam concretizados, para melhor funcionamento das estruturas da nossa região.

PINTO MARQUES

«A Assembleia funciona muito bem e demonstra uma certa maturidade e uma grande consciência de responsabilidade dos nossos deputados. Por outro lado, é uma prova da

Recenseamento geral da população Resultados de Oio, Buba e Tombali

São conhecidos mais resultados do recenseamento geral da população. Segundo comunicado do Departamento Central, foram recenseados, na região de Oio, 137 mil e 262 habitantes, na região de Buba, 35 mil e 360 e na de Tombali, 54 mil e 526.

Estes resultados (provisórios) foram apurados da recolha dos boletins. O número de habitantes distribuídos pelos diferentes sectores da região de Oio é o seguinte:

Em NHACRA, há 19.230 habitantes, sendo 8.972 homens e 10.258 mulheres. Foram recenseadas 3.914 famílias.

Em Mansoa há 26.147 habitantes, sendo 12.166 homens e 13.981 mulheres. Foram recenseadas 4.309 famílias.

Em BISSORÁ há 39.913 habitantes, sendo 19.055 homens e 20.858 mulheres. Foram recenseadas 7.070 famílias.

Em MANSABÁ há 25.730 habitantes, sendo 12.328 homens e 13.402 mulheres. Foram recenseadas 3.228 famílias.

Em FARIM há 26.242 habitantes, sendo 12.661 homens e 13.581 mulheres. Foram recenseadas 3.499 famílias.

Nos 4 Sectores da Região de BUBA:

Em TITE, há 12.305 habitantes, sendo 5.778 homens e 6.527 mulheres, correspondentes a 2.385 famílias.

Em EMPADA, há 9.928 habitantes, sendo 4.689 homens e 5.239 mulheres, correspondentes a 1.428 famílias.

Em FULACUNDA há 6.421 habitantes, sendo 3.071 homens e 3.350 mulheres, correspondentes a 1.125 famílias.

Em BUBA há 6.706 habitantes, sendo 3.138 homens e 3.568 mulheres, correspondente a 847 famílias.

REGIÃO DE TOMBALI

EM CATIÓ há 24.121 habitantes, sendo 11.271 homens e 12.850 mulheres. Foram recenseadas 3.970 famílias.

Em BEDANDA há 14.986 habitantes, sendo 7.001 homens e 7.985 mulheres. Foram recenseadas 2.078 famílias.

Em QUEBO há 7.809 habitantes, sendo 3.848 homens e 3.961 mulheres. Foram recenseadas 1.355 famílias.

Em CACINE há 7.610 habitantes, sendo 3.694 homens e 3.916 mulheres. Foram recenseadas 1.199 famílias.

Ainda este ano

6 novos barcos de carga para o Sul

No âmbito do programa alimentar existente, iremos receber este ano da República Federal Alemã seis pequenas embarcações de dez toneladas cada, que se destinam ao sul do país. De igual modo, receberemos 1600 toneladas de farinha de trigo, um pontão semelhante àquele que se encontra instalado no Xime, e serão construídos mais três armazéns em Bissau.

Estas informações foram recolhidas pelo «Nô Pintcha» junto do camarada Francisco Coutinho, director-geral dos Armazéns do Povo, momentos após a sua chegada da R.F.A..

O camarada Coutinho tinha-se deslocado à República Federal Alemã, a convite do Ministério da Cooperação Alemã para o desenvolvimento. Durante a sua estadia na RFA, o camarada director-geral, teve reuniões, em Bona, e noutras cidades alemãs. Teve ainda a oportunidade de visitar o Instituto Cerealífero Alemão.

No regresso, o camarada Francisco Coutinho esteve em Lisboa, onde na 2.ª e 3.ª feira, assistiu à reunião do conselho de administração da «ACTIMESA», Sociedade de Economia Mista luso-guineense. «Nesta reunião — afirmou-nos o camarada

Coutinho — foram tratados assuntos que se prendem com a actividade da empresa em relação à

Guiné-Bissau e às empresas associadas, que são os Armazéns do Povo e a SOCOMI.

Victor Monteiro regressou da Assembleia do BAD

A aprovação do relatório e contas do ano de 1978 e das emendas ao Estatuto do Banco Africano de Desenvolvimento, o que permitiu a abertura do capital do Banco aos países não-africanos, foram os principais pontos que preencheram os trabalhos da 15.ª Assembleia Anual do BAD e do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).

O camarada Victor Freire Monteiro, Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau, que regressou anteontem à nossa capital, representou o nosso País nesta reunião, que decorreu de 14 a 18 do corrente mês em Abidjan, capital da Costa do Marfim.

Os participantes na reunião do BAD e do FAD adoptaram também um projecto de resolução quanto ao aumento do capital do banco, e escolheram Monróvia, capital da Libéria, como lugar da realização da próxima Assembleia. Ainda durante as sessões de trabalho procedeu-se à eleição do novo Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento no qual o nosso país estará representado através do delegado argelino.

A cerimónia solene de abertura foi presidida pelo Presidente da Costa do Marfim, Félix Hauphouet-Boigny.

Desporto e superstição

«... dizem uns que foi para cumprir a promessa supersticiosa contraída antes da morte do treinador Mário Aureliano...», é uma passagem do nosso comentário sobre a prática de superstição no nosso desporto, publicado na edição n.º 584, de 8 do corrente, que tem sido alvo de uma série de interpretações que estão muito aquém do seu verdadeiro sentido.

A personalidade e a memória de Mário Aureliano, está longe de ser ofendida. Aliás, a morte de Mário Aureliano, constitui para nós uma grande perda para o futebol guineense,

porque ele foi, sem dúvida nenhuma, incansável no trabalho pelo bem do nosso desporto. O trabalho que Mário Aureliano desenvolveu nos vários clubes que treinou e na selecção nacional, é um exemplo vivo do quanto ele era capaz de fazer sem ter que recorrer à superstição.

O verdadeiro sentido daquele comentário foi o de condenar os aspectos negativos de uma prática, e que se pretende fomentar no nosso desporto. Comportamento em que, do nosso conhecimento, nunca contou com o apoio do desportista desaparecido.

José Carlos Schwarz morreu há dois anos

Completam-se amanhã, 27 de Maio, dois anos que José Carlos Schwarz encontrou a morte num desastre aéreo, quando o avião soviético de passageiros em que viajava se despenhou quando se preparava para aterrar no aeroporto de Cuba. Neste país, José Carlos ia ocupar o cargo de encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Bissau. Juntamente com ele, também morreu Avito Domingos da Costa, outro membro dessa nossa missão diplomática.

Com esta morte prematura de José Carlos, aos 28 anos de idade, não só o país perdeu um

grande quadro, como também o nosso Partido perdeu um militante exemplar, uma personalidade de vanguarda na frente político-cultural da música moderna guineense.

Militante do Partido na «Zona 0» (Bissau), durante a luta armada de libertação nacional, José Carlos Schwarz desenvolveu um trabalho político consequente, sobretudo no campo da música, despertando a consciência dos jovens para a condição de exploração e de opressão a que estavam sujeitos, facto que o levou às masmorras coloniais da Pide-DGS, durante dois anos.

Anúncios

MISSA



A Família enlutada participa aos amigos e a comunidade cristã que manda rezar missa sufragando a sua alma, pelas 8,30 horas do próximo Domingo na Sé Catedral de Bissau.

Vende-se

Brinquedos. Se está interessado em brinquedos portugueses contacte-nos. Fabricantes:

C. Miranda-Sociedade de equipamentos escolares Lda.

Rua Raquel Roqut Gaimero 4-B Portugal

Farmácias

HOJE: «Central Farmedi n.º 1» — Rua Guerra Mendes, telefone 2460

AMANHÃ: «Farmácia Higiene» — Rua António N'BANA, telefone 2520

SEGUNDA-FEIRA: Farmácia Central» — Rua Vitorino Costa, telefone 2453

Cinema

MATINÉ: «OS CORSÁRIOS DA ILHA VERDE» M/13 anos — Às 18,30

SOIRÉ: «A CORRIDA DOS MALUCOS» — M/13 anos — Às 20,45

Nô Pintcha

Trissemanário do Comissariado de Informação e Cultura — Sai às terças, quintas e sábados.

Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.

Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Seis meses 450,00 P.G.

Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:

Seis meses 550,00 P.G.

Um ano 700,00 P.G.

Caixa Postal, 154 — BISSAU - GUINÉ-BISSAU

Desporto

Nacional de Futebol

Benfica-Balantas o espectáculo da semana

O Nacional de Futebol entrou na fase das definições. A quatro jornadas do fim do campeonato da época de 1978/79, o espectáculo da semana é o jogo que opõe hoje à tarde, no Estádio Lino Correia, as formações do Benfica, actual «leader», e dos Balantas de Mansoa, candidatos à segunda posição.

A correr também para o título, o Sporting de Bissau desloca-se a Bolama, à procura de mais dois pontos, contra a Estrela Negra. Outro despi que de grande espectati-

va terá lugar amanhã à tarde em Bissau, entre as FARP e o Sporting de Bafatá. O Ténis Clube defronta o Ajuda Sport hoje à noite, também no «Lino Correia».

A Udib, ainda a atravessar um período de pouca inspiração, vai jogar mais uma cartada, desta vez em Bissorã. Ainda amanhã, nos restantes campos do interior, Bula recebe Gabú, o Cantchun-go recebe a visita do Desportivo de Buba, e o Desportivo de Farim desloca-se a Tombali.

O Afeganistão reconheceu a RASD

ARGEL — A República Democrática do Afeganistão reconheceu oficialmente a República Árabe Saharaui Democrática. O Afeganistão é, assim, o



Mohamed Lamine Ould Ahmed, primeiro ministro saharauí

22º país a reconhecer a RASD.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro saharauí, Mohamed Lamine Ould Ahmed, convidou novamente a Mauritânia a negociar em Trípoli a restituição da parte do Sahara Ocidental que Nouakchott ocupa, na base do protocolo de acordo mauritano-líbio de 24 de Abril passado.

Na segunda parte de uma entrevista concedida ao diário argelino «Ach-Chaab», Mohamed Lamine anunciou que uma delegação saharauí de alto nível irá nos próximos dias a Trípoli para o encontro combinado com os mauritanianos.

rigentes mauritanianos sejam donos do seu des-

«Desejamos que os ditino», declarou o Primeiro-Ministro da RASD, sublinhando que a «Mauritânia não tem outra escolha a não ser prosseguir a ocupação do Sahara Ocidental — e então os seus dirigentes terão a mesma sorte que Ould Dada — ou negociar com a Polisário, e neste caso poderá preservar as suas fronteiras de 1961».

Numa declaração feita durante a comemoração do sexto aniversário do início da luta armada no Sahara Ocidental, Mohamed Lamine qualificou de «hesitante» a atitude dos actuais dirigentes da Mauritânia.

«Parece que o Comité de Salvação que governa hoje a Mauritânia não tem poder de decisão. Pergunto se este governo não espera a decisão de aviões militares (franceses) que sobrevoam a região saharauí ultimamente», afirmou o Primeiro-Ministro saharauí.

Mohamed Lamine pediu à França para «providenciar a retirada das tropas marroquinas da Mauritânia», que «constituem um meio de pressão sobre os dirigentes mauritanianos».

«Não aceitaremos nenhuma solução que não englobe todo o Sahara Ocidental como Estado», declarou ainda Mohamed Lamine.

OUA completou 16 anos

ADDIS ABEBA — «A OUA espera que, num futuro próximo, a luta encarniçada travada contra a opressão e a exploração em África seja coroada de êxito e que o continente possa finalmente consagrar-se à importante tarefa do seu desenvolvimento económico» — afirma-se numa declaração publicada hoje na capital etíope, por ocasião do 16.º aniversário da criação da OUA.

A Organização da Unidade Africana foi criada em 25 de Maio de 1963, numa reunião de 30 chefes de Estado em Addis-Abeba, cidade que ainda hoje é a sede da organização.

A declaração sublinhou que, embora a OUA possa felicitar-se pelo facto de que a família dos Estados independentes ter aumentado de 30 para 49 países, não se pode falar de uma vitória ou em satisfação, só possível quando cada cen-

tímetro do continente estiver libertado do colonialismo, do neo-colonialismo e da discriminação racial.

A declaração afirmou que o secretário-geral da OUA convidou todos os Estados membros da organização, assim como todos os povos do mundo amantes de paz e de justiça a celebrar o 25 de Maio como um dia de novos impulsos na luta travada actualmente em África. — (ADN)

Missão ainda por cumprir

Assinalar o 16.º aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) é um momento mais que oportuno para, friamente, pedirmos contas do que foi feito para promover a unidade dos povos do nosso continente.

Sem sermos pessimistas, constatamos, no capítulo da unidade, um balanço pobre. Pobre de realizações concretas. É claro, que os ministros africanos adoptaram o princípio da criação de uma agência de Informação pan-africana, e que a questão da defesa e segurança do continente foi reposta na ordem do dia.

Mas, perante as suas hesitações no que respeita ao conflito do Sahara Ocidental, e à falta de iniciativa e de firmeza face às manobras imperialistas no sul de África, somos forçados a concluir que, infelizmente, a OUA caminha para um impasse perigoso, que não em jogo a sua credibilidade como verdadeiro motor da

emancipação e unidade do povo africano. É com os olhos postos em Monróvia, onde terá lugar a próxima cimeira dos chefes de Estado e de governo, que se celebrou esta data.

«Achamos que o OUA precisa de renovação, ela deve renovar-se um pouco. Porque a OUA parece-se com uma pessoa que está cansada duma longa caminhada. Nos últimos anos, a sua acção tem sido quase nula, tem sido bastante desprestigiada» — foi o apelo lançado recentemente pelo presidente Luiz Cabral, na mensagem dirigida à Assembleia Nacional Popular.

«Na conferência que irá ter lugar em Monróvia — disse o camarada Presidente — daremos um novo alento ao nosso organismo continental. Temos que dar-lhe forças para poder continuar a agir no sentido da promoção da unidade do nosso continente». Mas será possível a unidade de África sem a completa liber-

tação dos africanos?

Uma resposta decisiva e unitária aos últimos basiliões do colonialismo no continente é a terapêutica que, de imediato, a OUA deve aplicar.

Rejeitando firmemente todas as soluções neocolonialistas que se esboçam no Zimbabwé e na Namíbia, pelo reforço do apoio material e moral aos combatentes da liberdade que vertem heroicamente o seu sangue na África Austral. Reconhecendo ao povo saharauí e ao seu Estado uma legitimidade conquistada a custo de um sacrifício exemplar.

Mas não só! Também no interior dos Estados já independentes, os projectos políticos e as acções governativas devem reflectir as profundas aspirações dos nossos povos à independência e ao progresso, como única maneira de podermos tornar realidade o sonho dos pioneiros da unidade africana.

CONFERÊNCIA SOBRE AGRICULTURA

TUNIS — Uma conferência de ministros africanos da Agricultura decorre desde quinta-feira em Tunis sobre o tema da reforma agrária e do desenvolvimento rural. A conferência tem por objectivo a coordenação e a harmonização da posição africana no próximo congresso sobre a reforma agrária e desenvolvimento rural organizado pela FAO. (FP)

PRODUÇÃO DE ARROZ NA NIGÉRIA

LAGOS — A Nigéria duplicou a sua produção de arroz desde 1977. O objectivo de uma campanha lançada na agricultura é o auto-abastecimento do país em arroz, todavia a Nigéria ainda importa mais de 475 mil toneladas de arroz. — (ADN)

REPRESSÃO NO URUGUAI

PARIS — Uma mulher detida desde 1974 na prisão de Punta Rieles, em Montevideo, faleceu recentemente no hospital das forças armadas uruguaias, vítima de uma crise asmática, indicou um comunicado difundido pelo Partido do Povo do Uruguai. O comunicado assinalou que de Janeiro de 1978 a Maio de 1979, «14 presos políticos uruguaios morreram por falta de cuidado médico adequado e a tempo». — (FP)

PRESIDENTE DA POLÓNIA HOSPITALIZADO

VARSÓVIA — O presidente do Conselho de ministros da Polónia, Piotr Jaroszewicz, encontra-se hospitalizado desde terça-feira, devido a uma doença cardíaca. Todavia, nenhuma informação foi publicada sobre o seu estado. — (FP)

NÍGER: CONGRESSO DAS MULHERES

NIAMEY — O segundo congresso da Associação das Mulheres Nigerinas decorre desde o início desta semana em Dosso, a 140 quilómetros de Niamey. O Congresso, no qual participam cerca de 200 delegadas, tem por tema de discussão «A integração da Mulher no processo do desenvolvimento económico do Níger». (FP)

RIOLO E DESENVOLVIMENTO

VICTORIA — O ministro seichelense da Educação e Cultura, Jacques Hodul, inaugurou na segunda-feira passada um colóquio intitulado «Estudos criolos e desenvolvimento» que decorreu até ontem nas Seychelles, na presença de membros da Frente Progressista do Povo das Seychelles e de uma cantena de especialistas da língua crioula. (FP)

COOPERAÇÃO MADAGÁSCAR-HOLANDA

ANTANANARIVO — A rádio holandesa dá uma importante ajuda à rádio-televisão malgache, a quem entregou recentemente as instalações da sua estação radiofónica de Antananarivo. As actividades da rádio holandesa em Madagáscar reduzem-se à utilização crescente de satélites de telecomunicações. A estação holandesa cedeu à rádio-televisão malgache os equipamentos de que dispunha a fim de permitir à rádio malgache alargar a cobertura do país em ondas curtas e médias. (FP)

Criança na América Latina Sub-alimentação e morte

MÉXICO — A elevada taxa de mortalidade infantil, a sub-alimentação sistemática das crianças, a ausência de assistência médica, o analfabetismo e a exploração do trabalho infantil tornaram-se práticas correntes nos países latino-americanos, constataram os delegados à sessão especial do Fundo das Nações Unidas para a Infância consagrada aos problemas da protecção das crianças dos países da América Latina e das Caraíbas, cujos trabalhos terminaram na capital mexicana. Uma criança em cada cinco, morre com menos de cinco anos de idade, devido a doenças e à sub-alimentação.

Mais de 40 por cento das crianças de menos de cinco anos são sub-alimentadas. Cerca de 38 milhões de crianças não frequentam escolas. (Tass)

Carter e Brejnev discutem em Viena controle de armamentos

WASHINGTON — O controle de armamentos, as relações comerciais e o estabelecimento de melhores comunicações entre os Estados Unidos e a União Soviética, serão os principais pontos da ordem de trabalho da cimeira americano-soviética a realizar no próximo mês em Viena, anunciou o presidente Jimmy Carter.

Durante um encontro com um grupo de directores de jornais americanos, o presidente americano precisou que, com excepção da assinatura do tratado Salt-2, os outros pontos da ordem do dia ainda seriam objectos de acordos com os soviéticos.

No domínio do controle de armamentos, Carter enumerou

os quatro pontos em discussão: limitação de mísseis anti-satélites, proibição dos ensaios nucleares, controle do fornecimento de armamentos convencionais aos países em vias de desenvolvimento e o reforço das discussões sobre a redução de forças na Europa. (FP)

ONU: Africa do Sul excluída da sessão da armamentos

NOVA YORK — A delegação da África do Sul abandonou ontem

o seu lugar na Assembleia Geral da ONU, depois que esta adoptou por 93 votos favoráveis o relatório da sua comissão de verificação de poderes, declarando os poderes da delegação sul-africana não válidas para a presente sessão da assembleia.

Ao apresentar à assembleia a acta da partida da delegação racista, o presidente da assembleia precisou que o estatuto da África do Sul como membro das Nações Unidas não estava em causa. A presença da delega-

ção sul-africana provocou a interrupção do debate, a pedido do grupo africano, que exigiu uma verificação dos poderes desta delegação.

Desde 12 de Novembro de 1974 que a África do Sul, cuja expulsão da ONU só pode ser pronunciada pelo Conselho de Segurança, es á excluída das deliberações da Assembleia Geral e dos seus votos. Desde esta data, o regime racista de Pretória nunca mais participou no orçamento da assembleia. — (FP)

Pedida severidade para os culpados de desvios de dinheiro e bens do Estado

(Continuação da 1.ª página)

força e mais militância, para que, como ontem na luta de libertação nacional, hoje representem a força principal para a Reconstrução do país. Por isso, salientou, a palavra de ordem que devem levar junto das populações é o aumento da produção.

Entre as importantes decisões tomadas no final da reunião da Assembleia Nacional Popular (cuja resolução geral contamos apresentar na próxima edição) ressaltam a aprovação do projecto de base de leis sobre furtos de gado (na qual os deputados propõem a aplicação de penas de dois a oito anos para os casos normais e pena capital por fuzilamento nos casos de cadastrados considerados incorrigíveis), crimes con-

tra a economia de Estado e o aumento, para o próximo ano, do imposto mínimo de Reconstrução Nacional de 400 para 600 pesos. Toda a legislação é remetida à responsabilidade do Governo para a sua regulamentação.

Das alterações feitas nas bases de legislação para a garantia de segurança à vida das populações, a ANP propõe ao Governo a definição de formas de abate de gado nas cerimínias e nos «choros», tendo tomado em consideração as observações de deputados em fixar o limite de licença ao abate de três cabeças de gado por cada um desses actos e pagamento de multa de mil pesos por cada cabeça acima do número indicado, até ao máximo de 10.

Na base dos diplomas

adoptados pelo Conselho de Estado e Conselho dos Comissários de Estado, (também aprovados), a ANP recomenda ao Governo a revisão de leis promulgadas sobre queimadas, tendo em conta os casos do fogo que possa aparecer entre duas tabancas. Por outro lado, recomenda ao B.N.G. a discussão com os departamentos competentes, da modalidade de concessão de créditos agrícolas, propõe a criação de impostos sobre o rendimento de pesca por pescadores artesanais estrangeiros e a criação de uma lei sobre o fanado.

PREOCUPAÇÃO DOMINANTE: A SEGURANÇA DA PESSOA HUMANA

Pouco antes da apro-

vação da resolução geral da Assembleia, a sessão esteve marcada por um vivo debate à volta da definição de bases de leis de segurança das populações que inclui a pena capital para os casos de reincidência de furtos a gados. Houve contradições tais que o Comissário da Justiça (que apresentou o projecto) considerou necessário ser submetido a profunda meditação do Governo, para evitar um desequilíbrio de legislação entre os que roubam gado e os que desviam milhares de contos do Estado aqui não se aplica a pena capital.

Esta observação foi tida em conta por alguns deputados, particularmente por Fidélis Cabral e Victor Monteiro que chamam a atenção para más interpretações que possa

surgir na opinião pública mundial no aspecto dos direitos humanos. «Apenas de morte deve ser para casos muito graves e não em cabeças de gado».

Victor Freire Monteiro, atribui a prática do roubo ao carácter de atraso de desenvolvimento cultural das nossas populações o, segundo ele os culpados de desvios de dinheiro de Estado, que são pessoas cultas com maior visão do mundo, devem ser mais responsáveis pelos crimes de sabotagem ao Estado do que os ladrões de gado, geralmente homens sem muita visão do mundo e que muitas vezes (no caso de balantas) fazem do furto um uso tradicional.

O camarada Luiz Cabral, na qualidade de Deputado para o círculo de Bissau, viria a rebater es-

ses argumentos dando uma explicação global que distingue o peso de responsabilidade de que existe em roubar gado nas tabancas e desviar dinheiros ou assaltar empresas de Estado. Segundo ele, a preocupação dominante que ressalta das intervenções do Deputado é a necessidade de segurança e de defesa da tranquilidade de vidas aos camponeses, contra aqueles que assaltam e agredem para tirar animais em casas, enquanto que roubar dinheiro em cofres ou empresas públicas implica menos perigo de vida à pessoa humana, embora seja um crime contra a nossa sociedade. «O que queremos é dar combate duro aos ladrões incorrigíveis» (Ver mais notícias na 3.ª centrais).

Cimeira da CEDEAO

(Continuação da 1.ª página)

dução e reorganizar a distribuição.

Os 16 países membros são: Costa do Marfim, Benin, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Alto-Volta, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria,

Senegal, Serra-Leoa e Togo. Integram a delegação da Guiné-Bissau os camaradas: Vasco Cabral, Carlos Coreia e Mário de Andrade, respectivamente Comissários da Coordenação Económica e Plano, Economia e Finanças e da Informação e Cultura, assim como Abubacar Touré e Cândido Monteiro.

Delegação senegalesa em Bissau

Chegou ontem ao nosso país uma delegação da Assembleia Nacional de Senegal, composta por Seydou Bá, Secretário-Geral adjunto daquele órgão de soberania, e Christian Valantin, deputado.

A finalidade desta deslocação de parlamentares senegaleses é a de estabelecer contactos com a camarada Carmen Perei-

ra, Presidente em exercício na Assembleia Nacional Popular, a fim de abordar questões relacionadas com a cooperação interparlamentar da Associação Internacional Parlamentar da Língua Francesa, onde a Guiné-Bissau tem estatuto de observador, tal como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Mário de Andrade falou sobre N'Krumah

A palestra proferida, no salão do III Congresso, pelo camarada Mário de Andrade, Comissário de Estado da Informação e Cultura sobre o tema: Kwame N'Krumah e a ideologia da independência africana foi o ponto culminante das comemorações do dia do Liceu Nacional Kwame N'Krumah.

Por volta das oito horas, no Estádio Lino Correia, teve lugar um torneio de atletismo, estafetas, salto em altura e comprimento e ainda lançamento de pesos entre alunos do liceu. A tarde houve um desafio de futebol de 11 entre as equipas do curso geral

e do curso complementar na qual também participaram alunos do liceu.

Ainda na tarde do mesmo dia, a camarada Lilica Beal, coordenadora do Comissariado de Estado da Educação inaugurou, no salão do III Congresso, uma exposição de fotografias e cartazes. A noite realizou-se uma sessão cultural com recital de poesias, intervenção musical e apresentação do grupo teatral do Liceu.

Hoje, sábado, pelas 21 horas haverá uma outra sessão cultural e, finalmente o encerramento da exposição far-se-á no domingo pelas 18 horas.

Opiniões favoráveis à antecipação da Assembleia

(Continuação da 1.ª página)

mo deputado em representação das ilhas), camarada Francisca Pereira, deu também a sua opinião sobre as três questões levadas pelo «NÔ PINTCHA» aos camaradas da ANP:

«Esta Assembleia pareceu-me ter um grande valor que é a demonstração de maior maturidade nos debates. Os deputados estão também a mostrar melhor conhecimento dos assuntos, entraram melhor na engrenagem da Administração, estudaram os problemas das suas Regiões e mostram conhecer bem a situação geral do País, participando nas decisões que vão ter grande importância para o futuro».

«Os problemas específicos da Região Bolama-Bijagós têm encontrado

acolhimento dos deputados e reuniram o seu acordo, como se vê, por exemplo, no Orçamento de Investimentos. Nota-se nesse documento uma grande preocupação em solucionar os problemas sócio-económicos mais graves da nossa população. Estou certa de que a Região de Bolama vai tirar proveito desta Assembleia, especialmente quanto às decisões que nos permitem acabar algumas obras entretanto iniciadas e que tinham parado por falta de meios».

«Quanto ao futuro, esta foi a primeira experiência dos deputados na discussão do Orçamento e das leis mais importantes do Estado. Espero que a próxima seja mais organizada para demorar menos tempo. Também acho que devia ser alte-

rada a data da Assembleia realizando-se mais cedo, antes do começo das chuvas».

Vasco Salvador Correia:

«OS DEPUTADOS ACOMPANHAM A EVOLUÇÃO DO PAÍS»

Para Vasco Salvador Correia, Presidente do Comité de Estado da Região de Tombali, e igualmente deputado pelo círculo de Buba, os trabalhos da Assembleia estão a correr muito bem.

«É claro que, está a demorar mais tempo do que anteriormente previsto, mas isso é devido ao desenvolvimento do País e à medida que o volume de trabalhos aumenta, os problemas vão sendo cada vez mais complexos».

Quanto à participação dos deputados respondeu: «Todos os deputados

estão dentro dos assuntos, e a par dos problemas do País e têm participado activamente na discussão. Daí que as sessões se tivessem prolongado por mais tempo».

Em relação às propostas apresentadas pela região, informou que elas foram largamente discutidas.

«Em relação às propostas para um melhor funcionamento de próximas sessões, acho que depende de assuntos concretos que poderão surgir. Oportunamente serão adoptados métodos que melhor se adaptem à realidade que o País vive. No entanto, queria aqui propor uma coisa: era sobre a hipótese de antecipar a Assembleia para mais cedo, antes das chuvas, por exemplo, para Abril. Isso facilitaria os trabalhos da lavoura».

130 milhões de pesos em assistência dinamarquesa

A Dinamarca vai conceder à Guiné-Bissau assistência financeira para seis projectos de carácter económico e sanitário, no valor de 20 milhões de coroas dinamarquesas, cerca de 130 milhões de pesos. Esta assistência será aplicada até 1982, através da FAO e da UNICEF. Por outro lado, o Governo dinamarquês concede ao nosso país, 8 milhões de coroas, cerca de 52 milhões de pesos, para a aquisição

de cinco mil toneladas de arroz.

Os acordos respectivos que se enquadram nas relações bilaterais de cooperação entre os dois governos, foram firmadas ontem de manhã, na Direcção Geral da Cooperação Internacional. Pelo Governo guineense assinou o camarada Leonel Vieira, director-geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, e pelo Governo dinamarquês assinou o sub-

-chefe de Serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, sr. Soren Voss.

Os projectos de assistência compreendem o estudo e desenvolvimento do potencial pecuário, desenvolvimento do Departamento estatal de solos, desenvolvimento da produção agrícola pela introdução de adubos, e a reparação e recuperação da fábrica de des-

casque de arroz da SOCOMI, estes a cargo da FAO. A formação de técnicos em abertura de poços, construção de poços nas tabancas, e a formação dos socorristas de Nhala, são os projectos a serem supervisionados pela U.N.I. C.E.F. A aquisição das cinco mil toneladas de arroz corresponde a ajuda alimentar da Dinamarca ao nosso país, para o ano de 1979.